

# MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Fundação SOS Mata Atlântica - 18 anos (SOS)

## Protegendo a Juréia

História de [Sílvia Ferreira Mac Dowell](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 13/05/2005

---

SOS Mata Atlântica 18 Anos  
Depoimento de Sílvia Ferreira Mac Dowell  
Entrevistada por Beth Quintino e Rodrigo Godoy  
Realização Museu da Pessoa  
São Paulo, 20/12/2004  
Código SOS\_HV011  
Transcrito por Marlon Alves Garcia  
Revisado por Ana Calderaro

P/2 - Bom dia, Sílvia.

R - Bom dia.

P/2 - Para começar a nossa entrevista, eu queria que você dissesse seu nome completo, data e local de nascimento.

R - Meu nome é Sílvia Ferreira Mac Dowell. Eu sou santista, nasci em cinco de novembro de 1964, em Santos, São Paulo.

P/2 - E o nome dos seus pais, Sílvia?

R - Meu pai é Jorge Paranhos Mac Dowell, carioca; e a minha mãe é Emília Ana Ferreira Mac Dowell, santista.

P/2 - Ele é carioca e sua mãe é de Santos, né?

R - Sim.

P/2 - E como eles se conheceram?

R - Meu pai se formou em Engenharia, lá pela PUC do Rio de Janeiro, e um dos primeiros empregos dele foi na Companhia Docas de Santos. Ele foi trabalhar, morar lá, e conheceu a minha mãe, que era jornalista. Minha mãe era cronista social da Tribuna de Santos. E eles se conheceram. E, assim, a minha mãe já era até um caso quase perdido, 26 anos, solteira, e meu pai quase trinta. E eles foram apresentados, porque os dois eram um pouco tímidos — que eu não puxei, é claro — e eles se casaram. E eu sou a primeira filha.

P/2 - Ah, você tem mais irmãos?

R - Sim, tenho mais duas irmãs.

P/2 - Então são três meninas na família?

R - Todas santistas.

P/2 - Todas de Santos?

P/1 - E seus avós, Sílvia?

R - Meus avós do lado de pai eu não cheguei a conhecer porque eles morreram quando os meus pais eram novos. É Frederico Nunes da Gama e Costa Mac Dowell e Sílvia Paranhos Mac Dowell, por lado de pai. E do lado da minha mãe, Demóstenes Soares Ferreira e Emília Ferreira, de Santos.

P/2 - Ah, tá. E você sabe qual a sua ascendência?

R - É uma grande mistura, como todo mundo. Do lado do meu pai, o Mac Dowell é escocês, mas já está há muito tempo aqui no Brasil. O Paranhos, português. Do lado da minha mãe, é português. E eu tinha uma bisavó índia Guarani. É que eu não tenho o fenótipo, mas as minhas irmãs têm o cabelo bem escorrido, mais morenas. Índia Guarani, dali de Itanhaém.

P/2 - Itanhaém?

R - Itanhaém.

P/2 - Você nasceu em Santos e ficou em Santos até qual idade?

R - Eu fiquei até os onze anos em Santos, teve um ano que a gente foi morar no Rio de Janeiro, aí depois a gente acabou vindo para São Paulo. Chego em São Paulo em 1967. Quer dizer, acompanhando meu pai por mudança de emprego. E desde 1977 a gente está aqui, morando em São Paulo.

P/2 - E dessa época de Santos? Que, bem dizer, sua infância quase que completa você passou por lá. Então quais são as suas lembranças dessa época?

R - Uma coisa muito boa é que eu morava em frente ao mar. E lá no Rio também. Aliás, eu morava em Niterói, sempre em frente ao mar. E, apesar de morar sempre em apartamento, eu nunca me senti presa. E quando eu vim para São Paulo é que eu percebi o que é morar em apartamento, de repente tendo um outro prédio em frente. Uma das lembranças mais importantes que eu tenho da infância era de poder andar sozinha na rua. Quer dizer, eu tinha oito, nove anos e ia à casa das minhas tias ou ia no mercadinho, atravessava a rua. Quer dizer, eu já vim para cá adolescente, mas essa liberdade de poder andar na rua, conhecer as pessoas, conhecer os vizinhos é algo que vai se perdendo, principalmente depois que eu vim para São Paulo.

P/2 - E dessa época de criança lá, quais eram as principais brincadeiras de criança de que você se recorda?

R - Eu gostava muito de ir para a casa de uma prima, por que a gente brincava, era pega-pega, queimada, inclusive na rua. E jogos também: damas, gamão, muitos jogos na praia. A gente tinha, inclusive, lá em Santos, aquelas barracas da praia, e eu acompanhava o meu pai e a gente ficava brincando na praia. Mas dez horas tinha que voltar por causa do sol. (pausa)

P/2 - Tá bom, só esse finalzinho que você estava falando da praia, das barracas.

R - É, acho que a gente ficava muito na praia. Tinha umas barracas nos clubes e das profissões, né? Tinha a barraca dos engenheiros, dos arquitetos, barraca do Clube Internacional. E eu ia muito com meu pai ou meu tio. Tinha damas e brincadeiras na areia. E brincadeiras de rua com os meus primos, que ainda se fazem em Santos, naquela época.

P/2 - E você estudava em qual colégio?

R - Eu estudei do maternal até a quinta série no mesmo colégio, a Escola Montessoriana, lá em Santos, o Colégio Pequeno Príncipe. Então tive colegas do maternal até a quinta série, que é uma coisa que foi muito legal. Depois mudei para Niterói e depois vim para São Paulo, então foram três anos com três colégios diferentes, colegas diferentes. E é engraçado que eu sempre tive muita liberdade lá em Santos, no Colégio Montessoriano, vivia na rua. E quando vim para São Paulo, morar em apartamento — que todo mundo que é do interior ou litoral tem um pouco de medo de andar em São Paulo —, fui cair no Colégio Rio Branco, colégio tradicional, que professor fica no palanque, não podia falar direito em sala de aula, vivia na vice-diretoria. Então o choque cultural com São Paulo, essa questão de autoridade, de um espaço fechado, foi alguma coisa que foi um pouco chocante. Aí depois a gente se acostuma, infelizmente.

P/2 - No Rio de Janeiro você só passou um ano?

R - Só foi um ano.

P/2 - E vocês mudaram para lá?

R - Porque o meu pai saiu. Ele, depois da Companhia Docas, trabalhou na SBS, Saneamento da Baixada Santista, até 1975. Aí no começo de

1976 ele teve um convite, foi para Portobrás, Companhia Docas do Rio. Ficou um ano lá. Mas, apesar de ser carioca, a família não se adaptou lá, nem ele, nem nós. E aí ele veio para cá, para São Paulo, e foi trabalhar na Themag Engenharia, que ele é engenheiro especializado na área de portos e vias navegáveis, então veio para cá. A aqui a gente, apesar de ser São Paulo, ter medo de morar em São Paulo, a gente estava perto da família, que é em Santos. Então as coisas ficavam mais fáceis, porque a família da mãe sempre é aquela família mais próxima.

P/2 - Então vocês não se adaptaram no Rio?

R - Não.

P/2 - E você, quais são as suas lembranças desse período?

R - Foi muito rápido, foi um ano, adaptação.

P/2 - Mas você não gostou?

R - A gente morava em Niterói, ali em Icaraí, super bonito, mas você está fora. Escola nova, família longe. Quer dizer, estava lá com pai, mãe, as irmãs. A minha avó morava com a gente também. Mas foi um período rápido, que a gente não se adaptou muito. Aqui em São Paulo também, essa vinda para cá em 1977 foi dura no começo, mas a gente acabou se adaptando, até porque tinha família perto, então é mais fácil.

P/2 - E aqui em São Paulo vocês foram para qual bairro quando chegaram?

R - Desde o começo, Higienópolis.

P/2 - Higienópolis?

R - É. Porque ficava perto do trabalho do meu pai, que ele trabalhava no Largo do Arouche e a gente estudava ali no Rio Branco. Ele podia vir almoçar todo dia em casa, que era uma coisa que sempre muito importante porque ele trabalhava, minha mãe trabalhava, mas era importante almoçar em família. E ele conseguiu fazer isso ainda muitos anos. Então a gente morou lá, passamos por outras casas, mas sempre no bairro.

P/2 - E o bairro era muito diferente de quando você chegou e como é hoje, ou não mudou muita coisa?

R - Apesar de ainda ser um bairro sossegado, muitos daqueles casarões ainda estavam em pé. Primeiro a gente foi para a Rua Itacolomi, depois a gente foi para a Rua Maranhão. Depois, mais tarde, eu casei. Continuei ali no bairro, morei na Rua Dona Veridiana, depois na Higienópolis, então sempre por ali. E tem uma coisa de Higienópolis: as pessoas não exatamente se conhecem. [Tem] muitos prédios, mas a gente conhece o bairro. Muitas casas, casarões foram derrubados para se transformar em prédios. Tinha alguns casarões, inclusive, que tinham várias casas de serviços, eram um pouco como uns cortiços funcionais. Então tinha na Rua Maranhão mesmo, entre a Sabará e Itacolomi, uma casa comprida e tinha sapateiro, eletricitista, costureira. Imagina isso em 1978, 1979. É claro que foi derrubado. Não eram daqueles casarões chiques, era uma casa mais simples. Ele e outra casinha se transformaram num prédio. Então são coisas que eu ainda lembro que existiam. Você ainda acha desses casarões antigos, meio cortiços, meio funcionais, onde mora gente, em Santa Cecília, que é do lado. Mas continua lá a Casa da TFP [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade], na esquina da Itacolomy com a Maranhão, bonita. Então é o seguinte, as casas que sobraram são bancos, ou às vezes alguns escritórios chiques, mas está acabando.

P/2 - E quando você veio para São Paulo? Em 1977, né?

R - Isso.

P/2 - Você já era uma adolescente, estava na adolescência?

R - Isso, de doze para treze anos.

P/2 - É, entrando na adolescência. E como é que foi passar a sua adolescência em São Paulo? Porque era uma realidade bastante diferente da de Santos, Rio de Janeiro. Foi muito rápido. Então você teve que, como você diz, se adaptar a outra realidade. E como foi isso, como você encarou essa vida nova?

R - Eu basicamente tinha vida de colégio. Naquela época eu era bem cdf, estudava, ia à igreja, acompanhava a minha avó na missa. Tinha só os amigos do colégio que, inclusive, imagina, três anos mudando de colégio, até a gente se adaptar não tinha uma vida social muito grande, então os encontros de família e colégio. Eu era muito fechada, passava as férias lendo livro ou às vezes ia para Santos para ver a família. Uma das coisas que eu comecei a fazer naquela época: eu era catequista, comecei a dar aula para as crianças. Acho que foi a minha experiência, assim, de trabalho. Então dava aulas domingos, gostava, visitava creche, tinha uma série de atividades sociais. Hoje em dia eu já nem vou mais na igreja! (riso) Mas a gente passa por essas coisas.

P/2 - E você foi crescendo, estudando no Colégio Rio Branco. Aí você começou a ter interesse, a pensar em questões de carreira, de faculdade, com que idade, mais ou menos?

R - Pelo fato da minha mãe ser jornalista, eu tinha em mente ir para a área de comunicações. Não sabia direito. Eu queria fazer Comunicações e

queria também fazer alguma coisa importante que pudesse ajudar as pessoas, mobilizar. Uma coisa que eu esqueci de contar é que os meus pais sempre foram muito ativistas. Meu pai foi da Associação dos Engenheiros de Santos e aqui em São Paulo ele foi diretor do Sindicato dos Engenheiros. A minha mãe, jornalista, trabalhava em casa, freelancer, e ela também foi do Sindicato dos Jornalistas. Na minha infância era época do regime militar, a gente não tinha um prefeito, a gente tinha um interventor, não se podia falar claramente as coisas. Então tinha uma situação assim, um pouco de medo da repressão, ao mesmo tempo se articulavam as coisas mas não se podia falar abertamente. Então, apesar de ser muito fechada, de não ter muita social, eu acompanhava muito a política, era a questão da Abertura. Falando de lembranças, eu lembro, em 1977, chegando a São Paulo e passando aqueles caminhões da PM e do Exército, e invasão da PUC. E se discutia muito em casa isso. Era época do Geisel, depois do Figueiredo. E aqui em São Paulo se discutia muita política, muita política, e se precisava fazer alguma coisa. Os meus pais eram ligados, não oficialmente, mas eram simpatizantes do MDB. Na época era MDB, não era PMDB. Muito amigos do Mário Covas também. Então havia toda uma preocupação com política e também com o que se podia ou não podia falar fora de casa. Eu lembro que a minha irmã caçula em 1979 ou 1980 — era o Maluf o governador —, ela tinha uns oito anos e estava na escola ali perto, no Colégio Teresiano. Ela estava no jardim ou pré e a professora perguntou: “Quem que é o presidente?” “É o Figueiredo.” “Quem que é o governador?” “Maluf sem-vergonha!” Aí a professora: “Não, Ana Emília, não pode falar uma coisa dessa, é o Paulo Maluf.” “Não, é o Maluf sem-vergonha.” Ela achava que o nome dele era “Maluf sem-vergonha” porque a gente só falava assim (risos) Então tem essas lembranças de querer fazer alguma coisa, de estar indignado com as coisas, de ler muito, acompanhar os jornais. E, ao mesmo tempo, não se podia falar abertamente, não se podia fazer movimentação. Eu estava num colégio conservador, então é essa lembrança que eu tenho até a minha adolescência. E aí eu queria fazer Comunicações. Posso já engatar, já ir direto?

P/2 - Claro.

R - E, primeira coisa, me matriculei para fazer a Fuvest [Fundação Universitária para o Vestibular], queria fazer USP. Mas fui fazer o cursinho, porque na área de Física e Química eu sempre fui fraca e não podia zerar no vestibular. E fui fazer um cursinho lá perto de casa, que era o CPV, humanas, pertinho, baratinho. E lá era voltado para a GV [Fundação Getúlio Vargas]. E um professor meu disse: “Ah, imagina, presta GV também, presta GV!” Eu: “Ai, GV, Administração, que coisa mais chata.” E meu pai, que era engenheiro, ele fez pós-graduação na GV, aqui em São Paulo também. Ele: “Não, é importante, Comunicações, imagina, você não vai ter trabalho, faz Administração, é sério.” “Ah, tá bem.” Prestei vestibular, prestei outro, passei nos dois, passei na USP, que era o que eu queria, Comunicações. Ótimo, né? Fui lá. Meu pai: “E a GV?” “Imagina, muito chato.” No final, ele foi fazer matrícula para mim. E eu comecei em 1982, mas o que eu queria. Comecei a fazer a ECA, a Escola de Comunicações e Artes da USP. O que acontece? Política mais uma vez na vida da gente. O ano de 1982 foi um ano terrível aqui, inclusive com Maluf, que o funcionalismo entrou em greve, a USP toda, até a FEA, que é uma das mais conservadoras, entrou em greve em 1982. Seis meses de greve, o que acontece? Eu tive duas semanas de aula e nada. Então acabei indo fazer GV por acidente. Inclusive era da minha classe o Marcelo Rubens Paiva. Marcelo Duarte, que fez o Guia dos Curiosos, foi meu colega já do colegial e entrou na ECA também. Era o pessoal da classe naquela época. E acabei fazendo GV, até achando meio chato, Administração Pública, mas tudo bem, fui fazer. Inclusive era um curso gratuito, uma super concorrência, eram quinze candidatos para cada vaga. E comecei a fazer. E lá na GV eu logo entrei no Centro Acadêmico, fui fazer parte do Cultural, fui ser diretora do Cineclube, fui trabalhar com jornal. Tudo o que eu queria fazer em Comunicações na ECA, eu fiz na GV. E o mais interessante é que para toda essa parte política, muito reprimida — a gente estava no começo de 1982 — eu dei vazão nessa época, e com a aprovação dos pais. Naquela época, normalmente, os pais: “Ai, Centro Acadêmico. Ai, política estudantil, meu filhinho.” E eles achavam um barato, porque era uma forma de estar dando vazão. E eu acho que, exatamente, essa atuação em Centro Acadêmico é que foi meu germe para depois entrar no movimento ambientalista, onde eu chego daqui a pouco.

P/2 - E como era ser uma universitária? Tudo bem que a gente já estava no finalzinho da ditadura, digamos assim, em 1982. Mas você ainda sentia que existia um foco voltado para os estudantes, como a questão dos movimentos, de tentar abafar?

R - Ah, tinha em 1982. Porque na ECA eu ainda continuei até 1985, ainda fiz várias disciplinas, fazia aos poucos e fazia GV também. A gente tinha alunos que, na verdade, eram agentes infiltrados da Polícia Federal no Centro Acadêmico, tinha alunos profissionais. É interessante, a gente tinha alunos profissionais de direita e de esquerda. Então a gente tinha colegas também do Partidão, gente que ia, ficava um, dois anos em cada faculdade para montar célula. Aliás, chegaram a me convidar para umas reuniões, mas eu já não era mais cdf, eu não queria acordar cedo, estar às oito horas na Praça da Sé no dia primeiro de maio. Sabe? (riso) Mas, assim, a gente tinha uma efervescência. Então, mesmo uma faculdade como era a GV, você tinha Partidão, PCB; você tinha MR8; você tinha LIBELU, que era Liberdade e Luta, que era o pessoal mais anarquista; você tinha PT, PT Igreja. Ah, o Pedro Dallari, que depois foi deputado estadual, trabalhou com a Erundina, foi um dos colegas naquela época. Paulo KLIASS, Alon Feuerwerker, jornalista da Folha. Gente que estava lá também estudando, mas mobilizando. Então tinha uma agitação muito grande, mas também tinha uma preocupação. É claro que estava na abertura, mas era 1982, a gente ainda não tinha eleição direta. Aliás, a gente teve em 1982 a primeira eleição, foi quando o Montoro foi eleito no final do ano. O Mário Covas foi deputado federal com o maior número de votos. E a gente fez campanha, mas você tinha aquela movimentação, mas ainda com medo. E a gente chega a 1984, as Diretas Já!, então aquela movimentação enorme, as passeatas. E preocupação também, se os telefones estavam sendo grampeados ou não. Eu não sei hoje em dia até que ponto era alguma neura, mas anos depois a gente ficou sabendo que realmente um dos colegas, os colegas daqueles alunos, era um agente da Polícia Federal que estava lá no Centro Acadêmico em 1982, 1983. Na USP você tinha também várias movimentações, tinha o DCE [Diretório Central dos Estudantes]. É engraçado que era muito efervescente aquela época, e era a preocupação de juntar movimento estudantil com movimento social, com os sindicatos, porque a luta era de todo mundo, você ter eleição direta, você ter os seus representantes, você ter liberdade de expressão.

P/1 - Sílvia, nessa época, 1982, 1983, você já começa a ter contato com o movimento ambientalista?

R - Não. Foi interessante porque eu tinha colegas da Geografia da USP. Inclusive a Geografia lá na USP era um dos únicos lugares que tinha cerveja no campus. Claro, né, clandestino. Na GV tinha também. Mas, então. A gente fazia muitas reuniões lá na Geografia, tinha amigos lá na Geografia, acompanhava os cursos. Tive um namorado da Geografia da USP. Então eu tinha muito contato. Eu fiz parte do CEU, Centro

Excursionista Universitário, que fazia caminhadas, cheguei a fazer escaladas também. Não deu muito certo. Não era do lado do movimento, eu tinha muito contato, mas curtia muito essas trilhas, trabalhos de campo, mas através de colegas. Mas o meu trabalho era com movimento, sempre foi nas reuniões de movimentos sociais, movimento estudantil, era outro tipo de mobilização nessa época. Mas pode engatar como que começou?

P/1 - Pode.

R - Foi interessante, porque no final de 1985, exatamente por essa mobilização, por eu trabalhar com movimento estudantil, trabalhar lá no Centro Acadêmico da GV com mobilizações. Eu entrava em sala de aula, a gente tinha representação discente para votar nos diretores, fazia campanhas, tudo. O que acontecia? Final de 1985, um colega meu da Geografia da USP estava trabalhando com a questão da Juréia. A Juréia, região do litoral sul de São Paulo, que durante muito tempo ficou esquecida e tinha vários projetos imobiliários, projetos de devastação lá na região. Só que quando chegou em 1979, a Nuclebrás [Empresas Nucleares Brasileiras S/A] entrou e congelou a região porque ia fazer quatro usinas nucleares. E a região fica no litoral sul de São Paulo fica a duzentos quilômetros de São Paulo e duzentos de Curitiba. Estrategicamente ótimo. Quatro usinas distribuindo energia, um lugar com uma densidade populacional baixíssima, acesso difícil, então é um ótimo lugar para colocar usinas. E, naquela época, 1979, imagina... Quem é que ia contestar a Nuclebrás? De jeito nenhum! Alguns ambientalistas lá da região faziam alguma coisa. Eu, em 1979, nem sabia que existia a Juréia. Mas o que acontece? Quando chegou em 1985, era já a Abertura, já tinha muitas notícias. A Nuclebrás não teve recursos. Teve uma série de pressões mas não teve recurso para fazer, ela estava saindo, liberando a região. E o que acontece? Ia chegar toda aquela especulação imobiliária, projetos para fazer. Eles tinham projetos quase como um loteamento para sessenta mil pessoas numa praia de sete quilômetros. Um esquema ali da Riviera de São Lourenço, queriam fazer ali perto, uma entrada por Peruíbe, Iguape. Em 1985 começou esse perigo da Nuclebrás sair, os projetos imobiliários voltarem. Agora, quem sabia disso? Era quem estava ligado com movimento ecológico. E tinha algumas pessoas lá da Geografia que trabalhavam com isso. E um amigo meu da Geografia começou a ficar preocupado, e ele me chamou para uma reunião. Por quê? “Ah, Sílvia, você sabe fazer agitação, reunir as pessoas.” E eu não era de fazer discurso, mas era de ficar por trás, de fazer as reuniões, de fazer evento. E ele me chamou. E eu ia lá nas reuniões, achava interessante, tinha até alguns amigos meus. E a causa era muito interessante, era muito importante. “Mata Atlântica?” “Não, é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica.” Mata Atlântica, isso em 1985. “Mata Atlântica, o que é Mata Atlântica? Aquele matinho que a gente desce quando vai lá para Santos? Ah, tá.” Eu não tinha a mínima noção das coisas, mas a causa era importante, a mobilização contra os projetos imobiliários, o governo, a Nuclebrás e tudo misturado. E eu comecei a trabalhar, inclusive trouxe colegas meus lá da GV, do Centro Acadêmico. E é muito interessante porque foi por aí que eu entrei. Não conhecia a Juréia, fui conhecer a região da Juréia uns seis meses depois de que eu já estava trabalhando. E na época tinha o Aron Belinky, foi ele que me chamou para agitar. Porque ele fazia Geografia na USP e também fazia GV, então a gente tinha essa ligação. Tinha o Capobianco também, que era um biólogo que era interessado na região, que eu conheci nas reuniões, até meio chato porque falava, falava... Vocês já fizeram entrevista com o Capobianco? Ele é fundamental nessas coisas. E aí eu fui conhecer as pessoas. O Rubens Lara, que era um deputado estadual que tinha um projeto para transformar a Juréia em estação ecológica e gente da Secretaria do Meio Ambiente, gente do governo. Não... Ainda não existia a Secretaria do Meio Ambiente, era gente da Secretaria do Interior que trabalhava com litoral. O Fausto Pires Campos, Adriana Matoso, fui conhecendo nessa época. E a gente começou a trabalhar pela causa, eu fui conhecendo as pessoas. E tinha que se fazer alguma coisa. E é muito interessante porque era uma época assim, eu estava me formando em 1985, procurando emprego. E eu era administradora. No final fui trabalhar na Fundap, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, do governo. Trabalhava com consultoria na área de gestão pública. Não tinha absolutamente nada haver com essas movimentações. Por quê? Movimento ecológico, toda essa preocupação com organizar, fazer campanha, era algo que a gente fazia à noite, na hora do almoço, de fim-de-semana. Era algo absolutamente voluntário e eu acho que tinha um lado missionário também. Que a gente precisava, as coisas estavam lá, estavam estourando e a gente precisava mobilizar. Mas nunca se pensou em misturar com o lado profissional, era a militância. E aí eu comecei a trabalhar com a questão da Juréia, porque a gente começou a fazer eventos. Exatamente eu entrei para fazer esse agito. A gente foi fazer eventos, a gente tinha um audiovisual que o Capobianco montou com fotos da Juréia, ficou lindo. E a gente fazia, a gente conseguia um auditório lá da Secretaria do Interior e colocava em jornais, e a gente fazia palestras sobre a Juréia. Pra quê? Para chamar a atenção. “Gente, olha, tem uma região aqui no litoral sul de São Paulo ameaçada.” E as pessoas não sabiam. E foi assim, nessa virada de 1985 para 1986 fizemos manifestação na Assembléia Legislativa. Conheci o José Pedro de Oliveira Costa, que era o assessor especial para meio ambiente do Montoro, e depois ele foi transformado em secretário especial de meio ambiente. O Fábio Feldman eu conheci em março — eu sou boa para datas —, março de 1986, no escritório do Rubens Lara, na Assembléia Legislativa. E assim: “Ah, você conhece o Fábio Feldman, que é o advogado da Oikos?” E naquela época ele ainda não era candidato, ele era advogado da Oikos. E a causa era da Juréia, mas a gente ia procurar jornalista, a gente ia procurar outras ONGs. Então tinha a Oikos, APEDeMA [Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente], Associação Paulista das Entidades de Meio Ambiente, Associação em Defesa das Baleias. A Oikos já era mais conhecida. Aí é interessante porque tinha uma ebulição de pessoas e movimentos. Eu me lembro que o Klabin eu vi numa reunião rapidamente, mas também não sabia quem era. Porque era um pessoal que estava brigando não pela Juréia, mas pelo Lagamar, uma região um pouco mais ao sul. E foi quando? Foi fevereiro de 1986. Eles fizeram uma manifestação lá em Iguape. O Rodrigo Mesquita, que era do Grupo Estado, o Randau Marques deu uma grande ajuda para a gente, jornalista bárbaro e todo politizado. Então a gente tinha os nossos eventos pela questão da Juréia, que a gente ia lá, chamava as pessoas, chamava a atenção da imprensa. E a gente também ia aos eventos dos outros. Então, “Manifestação contra a caça das baleias”. Nem sei onde que tem baleia, onde que não tem, mas a gente está junto. E é engraçado porque... Ah, meu deus, tinha um outro movimento. Tinha algumas pessoas que eram muito características. Não sei se vocês já ouviram falar do Abellá, que era um senhor já, um espanhol anarquista. Ele ia lá para a Avenida Paulista com uma privada, ele levava uma privada e falava: “Olha, o lixo da civilização, estão estragando o planeta!” e mostrava a privada. Ele era muito pitoresco. O que era, assim, o Movimento Pró-Juréia? Eram pessoas. Primeiro reuniões lá na USP, na Geografia, depois a gente tinha um amigo que era da Freeway, o Edgar, na Avenida Paulista. Ele cedia a sede, a empresa de turismo, de ecoturismo, Freeway. O Edgar cedia uma sala dele uma vez por semana para a gente fazer as reuniões, absolutamente sem custo. Ele também era ligado na questão. A gente se reunia à noite. Então tinha que fazer folheto: “Vamos lá, vaquinha!” Aí: “Vamos fazer um audiovisual.” Só que aí começa a ter despesas, e aí o que a gente faz, não dava só para tirar do bolso? “Então vamos fazer bottom, vamos fazer camiseta.” Era tudo um pouco misturado. E assim, é claro, tinha amigos em partido político, na Assembléia, amigos de movimentos sociais. Eu tenho uma amiga que era do Movimento de Saúde da Periferia. Então era uma fase que hoje a gente fala, que às vezes era um pouco romântica, que a gente não tinha organizações, ONGs, como se fala, a gente tinha movimentos, e os movimentos das pessoas, as pessoas se encontravam. E o barulho que a gente fazia, proporcionalmente, era muito grande. Só que o quê

acontece? Como esses movimentos começaram a crescer, aí diziam assim: “Mas quem são vocês?” “Ah, é o Grupo da Juréia. Ah, é o Movimento Pró-Juréia.” Tinha o Capobianco, Patrícia Mendonça, o Fausto, que eles eram biólogos, arquitetos que trabalhavam ou pelo governo ou fora do governo, trabalhavam com a questão da Juréia, eles eram os especialistas. Eles montaram o Grupo de Defesa da Juréia. Montaram. Assim chegava a imprensa: “Quem são vocês?” “Somos o Grupo de Defesa da Juréia.” E tinha a moçada. Então tinha eu, um outro amigo da Geografia, tinha uma artista plástica, outros amigos da GV, o pessoal que se encontrava, tinha uma historiadora também, da PUC, um pessoal que se encontrava lá uma vez por semana na Freeway. E nós éramos o Movimento Pró-Juréia. E fez assim, a gente se auto-intitulava, né? E ia à Assembléia, fazia abaixo-assinado. Aí o que acontece? E foi um movimento parecido com o da SOS, essas pessoas se encontrando. “A gente precisa se organizar, a gente precisa ter recurso, a gente precisa ter, sabe, para fazer, para chamar a imprensa, para fazer evento, para fazer mobilização, a gente precisa fazer um filme, a gente precisa contatar as televisões, não dá para fazer essa coisa só improvisada.” E a gente começou a juntar essa moçada do Movimento Pró-Juréia com o Grupo de Defesa da Juréia e no final do ano a gente fundou a Associação em Defesa da Juréia, em dezembro, na mesma época que a Fundação SOS Mata Atlântica. E o mais engraçado é que se você for ver são mais ou menos as mesmas pessoas, são muito próximas, o grupo. Uma coisa que eu lembro também, é que estava tudo junto: era a questão da Juréia, era a questão do Lagamar. Tinha umas reuniões lá do Lagamar, da SOS: “Ah, vamos fazer alguma coisa pela Mata Atlântica.” “Ah, a Juréia tá lá, tô dentro.” E uma coisa que apareceu naquela época também, é que começaram surgir candidaturas do movimento ambientalista. Então começou o PV naquela época. Foi naquela época, 1986? Já tinha o PV, tinha vários candidatos, e agora eu já não lembro os nomes. Data, eu sou boa, nome, eu sou muito ruim. E o Fábio Feldmann, que era advogado da Oikos, estava lá nas nossas manifestações, ele era advogado de várias causas, inclusive manifestação lá em Cubatão, contra a questão da contaminação, indústrias poluidoras. A gente descia, ia lá nas manifestações da Oikos também. O Randau Marques também, que era da Oikos. Então, puxa, tinha campanha assim: “Vamos nos concentrar em um candidato, porque também dividir os esforços...” Porque eu acho que naquela época tinha uma consciência política muito grande e você tem que canalizar esforços, você tem que ter estratégias. Então vamos através de algum partido, vamos concentrar em alguém. E a campanha do Fábio foi uma campanha que mobilizou muita gente, porque ele era um cara do movimento. A preocupação da eleição de 1986 era a eleição para a gente votar nos deputados que iriam fazer a Constituinte, que foi em 1987, 1988. Então em 1984, dois anos antes, tinha sido as “Diretas Já!”. Então tinha uma ebulição muito grande, então as pessoas se ligaram. E é muito engraçado, porque naquela época, se for ver, eu tinha 21, 22 anos, e estava no primeiro trabalho, e fazia rolo com o emprego. Porque o importante eram as causas, era a militância. E aí foi muito interessante, porque quando chegou no final de 1986, que foi um ano muito importante, positivo... Eu estava conversando com vocês antes se tem alguns teóricos. Tem o Professor Eduardo Viola, que teoriza sobre a história do movimento ambientalista no Brasil e ele fala que você já tinha movimentos já no ano 1960, a Agapan [Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural], o Lutzenberger. Você tem focos. Movimentos contra as usinas nucleares, já no final dos anos 1970. Mas é nessa ebulição, 1985, 1986 — e eu vivi essa ebulição —, que tem o processo que o Viola fala, da multissetorização do movimento ambientalista. Está todo mundo junto. Então saem as campanhas, movimentos, as pessoas se articulam e não querem mais só ficar enquanto movimento, elas querem se organizar. A gente precisa ter recurso, não adianta só a gente ficar na imprensa fazendo rifá, fazendo vaquinha, vendendo bottom e camiseta. A gente precisa de ter uma sede, a gente não pode mais ter lugar emprestado, a gente precisa pagar uma conta de telefone, a gente precisa ter alguém que atenda, uma secretária, alguém. A gente precisa ter um lugar para reunião, a gente precisa conseguir dinheiro mesmo, de verdade, patrocínio, não é dinheiro de rifá. E a gente tem que ter representante em Brasília, para a Constituinte. E olha a ingenuidade, inclusive o discurso do Fábio: “Não, porque é importante para a Constituinte ter um representante, porque depois de 1988 não precisa mais, mas para a Constituinte a gente tem que ter voz.” Como se a gente votasse em alguém só por dois anos, né? Então essas coisas foram todas entre 1985 e 1986. Eu sei também toda a mobilização. Eu não participei diretamente desse começo da mobilização da SOS, do Klabin, do Randau, do Rodrigo Mesquita, do Padre João XXX, todo o pessoal. Eu trabalhava no litoral sul e a gente trabalhava com a Juréia, a gente tinha contato, mas eu não estava nas mesmas reuniões que eles. Mas no final de 1986 a gente estava todo mundo junto na campanha do Fábio, na fundação da Associação em Defesa da Juréia, na fundação da Fundação SOS Mata Atlântica. E eu lá assinei o livro com muito orgulho: “Puxa, que legal.” Então essa ebulição foi fundamental para a gente começar a trabalhar.

P/2 - Silvia.

R - A hora que precisar você me dá umas paradas.

P/2 - Não, não, não, está ótimo, imagina. Só quero tirar uma dúvida com relação à sua opinião. Nessa época então, onde se formaram essas ONGs todas do meio ambiente. Você disse que já existia desde a década de 1960 uma coisa ou outra no Brasil, mas que o boom mesmo foi nesses anos da década de 1980, na metade final. Você acha que a influência das ONGs ambientalistas internacionais foi muito grande na construção, na criação dessas ONGs?

R - Não.

P/2 - No modelo. Você acha que o modelo internacional influenciou no modelo nacional ou não?

R - Em primeiro lugar, eu acho que tem uma questão de contexto histórico. Eu acho que os movimentos que tinham no final dos anos 1960 e 1970, eles não aparecem com tanta clareza hoje em dia porque eles também eram muito abafados. Quem falasse, por exemplo, contra agrotóxico, movimento contra as usinas nucleares nos anos 1970? “Puxa, usina nuclear, Nuclebrás é uma empresa do governo. Então você está sendo um conspirador?”

P/2 - Subversivo?

R - Subversivo! E até tinha uma gíria naquela época, que é ser “Melancia”. Vocês já ouviram falar disso? É o verde por fora e vermelho por dentro. “É, o cara está com um discurso ecologista, mas no fundo é um comunistazinho.” Então tem muitas dessas pessoas de grupos que lutaram nessa época e que ficaram meio esquecidas, ou porque não tinha espaço na imprensa. O Randau é uma pessoa dessa fase. Eu acho que muito da briga política que a gente aprendeu foi com ele, porque ele pegou essa fase bem dura, complicada. A gente nos anos 1980 ainda era meio

novinho: “Ah, legal, tal. Mas a gente sabe dessas histórias.” Agora, eu, por exemplo, nessa época eu não convivi com ninguém de ONGs de fora. É claro que tinha contatos. Eu me lembro, assim, no começo, em 1987, 1988, tinha contato com a Fundação MacArthur [MacArthur Foundation] para financiar projetos de pesquisa, WWF. “Ah, a gente ouviu falar.” Mas lá na estruturação das ONGs, no nosso grupo, não. Mesmo assim, Capobianco, Fábio Feldmann, Randau, as principais lideranças, eu acho que eles começaram a poder viajar, fazer esses contatos depois. Eu acho que isso daí você precisa checar um pouco com eles. Mas não tinha como hoje a gente vê. Hoje eu estava ouvindo a entrevista do Marcelo Furtado, do Greenpeace, inclusive brasileiro e tal. Essa vinda das ONGs ambientalistas internacionais é muito recente, e a gente se apoiou depois nelas, no final dos anos 1980, 1990 para fazer nossas denúncias. Mas eu não tinha esse contato e não via esse contato, nem influência para estruturar. Inclusive até os recursos para a gente começar a Associação em Defesa da Juréia, Oikos, Fundação SOS Mata Atlântica era da gente mesmo. Aliás, uma coisa interessante já deve ter aparecido, da estruturação da SOS, uma coisa assim, que eu acho muito inovadora e inteligente, é a preocupação com a auto sustentabilidade. A gente não pode ser movimento, a gente tem que ser uma organização e precisa de profissionalizar. Isso começa inclusive na estruturação do conselho da SOS, que é um conselho quadripartite. Você tem os ambientalistas, que são o Fábio, Capobianco. Eu não fazia parte desse conselho inicial. Os ambientalistas. Você tinha jornalistas, porque você precisa de gente da mídia, jornalistas para colocar. Você tinha empresários, para poder ter acesso a patrocínio. Empresários brasileiros, o Klabin estava desde o começo. E gente da Academia, que tinha informações, que tinha contato com a parte científica também, para dar o embasamento. Então isso foi uma estratégia de organização, montar um conselho que na verdade era uma rede de relacionamentos, para conseguir o quê? Os ambientalistas, para você conseguir as articulações, as manifestações. Os jornalistas, para conseguir divulgação. Os empresários, para ir captar recursos. E o lado científico era muito importante porque a gente precisa criar uma entidade Fundação SOS Mata Atlântica que não apenas sobreviva, faça campanhas, mas que tenha informações. Uma coisa muito complicada também naquela época, nos anos 1980, era o que a gente tinha mesmo de dado, de informação. Tem Mata Atlântica? O que é Mata Atlântica? Onde que ela está? Aí você ia lá à universidade e um falava uma coisa, outro falava outra. Ou a gente às vezes ia procurar gente da universidade: “Ah, mas eu estou dando consultoria para tal empresa.” Puxa, ficava uma coisa complicada, a gente precisava ter dados, a gente precisava de ter pesquisas. Então: “Escuta, ao invés da gente ficar pedindo para departamento tal da USP ou da Unicamp, por que não a gente começar a ter um lugar que tenha banco de dados, que tenha informações, que a gente possa chamar pessoas para fazerem pesquisas, que a gente possa fazer projetos de dados?” Porque essa inflexão também dos anos 1985, 1986, começa um movimento e que a SOS ilustra — eu já estou entrando na SOS, tudo bem? —, que tem duas mudanças. Uma mudança política de foco e uma mudança de atuação organizacional, institucional. Uma mudança de foco é a preocupação. Assim a gente estava chamando a atenção para a questão ambiental, denúncias e chamando a atenção da mídia: “Olha gente, meio ambiente é importante!” Porque era assim, você tinha abertura política, você tinha movimentos sociais. “E meio ambiente também é importante.” É claro que tinha o pessoal da plantinha e bichinho, mas tinha assim: “Olha, meio ambiente também é problema de poluição, é problema de contaminação, é gente morrendo, é Mata Atlântica. Tem gente que mora lá, é importante para a gente.” Então colocar na pauta. Tinha a questão da denúncia, mas isso veio muito nos anos 1980. Mas na SOS a gente não pode ter só denúncia, a gente tem que ter projeto. Então a SOS inova nessa preocupação de não ser só uma entidade que fazia campanhas — e que faz campanha inclusive de uma forma muito boa até hoje — mas de ter proposta. Então a gente ia discutir lá com o secretário de meio ambiente: “Ah, porque abaixo o projeto da rodovia!” Foi 1989, 1988, o projeto da Estrada do Sol, Rodovia da Estrada do Sol, que o Quercia, acho. Tinha mais uma estrada do Vale do Paraíba cortando até São Sebastião. E tinha um estudo de impacto ambiental bem complicado. E assim nós, os ambientalistas, estávamos muito preocupados, porque cortava o Parque Estadual da Serra do Mar, que o Montoro tinha criado. Agora, para a gente discutir, ir lá e só falar “Abaixo, abaixo.” Não, a gente precisa ler o relatório de impacto ambiental, tem que entender, tem que discutir. Eu sou administradora, você tem jornalista, mas: “Puxa, a gente precisa de técnico.” Tem biólogos também, mas a gente precisava de gente, inclusive que não fosse na hora do almoço, à noite, fim-de-semana, mas que estivesse lá durante o dia para estudar, para levantar os pontos frágeis, para contestar. Então a gente precisava de ter gente profissional para isso, tanto para contestar quanto para ter dados, para fazer propostas, para não ser só... Então o que eu estou falando, dessa mudança de enfoque político, é que não dá só para você fazer a campanha, colocar na mídia e ser contra. Você tem que ter informação, você tem que ter proposta também. Então eu acho que essa é uma vertente e a SOS ilustra bem isso. E a outra vertente organizacional, de atuação, é que não dá para ser só voluntarista, missionária, militante, você tem que ter profissional, você tem que ter gente, você tem que ter funcionário. Agora, voltando um pouquinho para o Pró-Juréia, que está lá esquecido, a gente também conseguiu recursos com patrocínio, a gente foi atrás de agências de publicidade para fazer campanhas. Mas tudo com mobilização de recursos. Começou a vender material, a gente tinha sócios, fazia assembleia com os sócios, os sócios contribuam. E a gente conseguiu ter uma sede. A gente primeiro tinha essa sede comum. Eu cheguei a falar aqui da sede comum? Bem, eu volto à sede comum. Mas assim, a gente também tinha um funcionário, uma sede, mas a gente precisava começar a trabalhar e ter o lugar, ter recursos e ter informações. As pessoas procuravam a gente também porque a gente tinha banco de dados sobre a Juréia. E é muito engraçado, porque até gente da universidade vinha procurar a gente. Imagina, a gente que é de ONG. Mas com a questão da Juréia de um lado ou SOS do outro, Mata Atlântica, era um lugar onde reunia. Então tinha o pessoal que ia procurar lá direto. Posso falar da casa agora? Eu estava falando de 1985, 1986, essa articulação toda, que a gente então termina o ano com a Associação em Defesa da Juréia, Fundação SOS Mata Atlântica, Fábio Feldmann eleito, tudo ao mesmo tempo. E quando chegou 1986: “Bem, e aí, como que a gente vai trabalhar?” Porque as pessoas estavam um pouco dispersas. E o que a gente fez? Tinha uma casa lá na Brigadeiro Luiz Antônio, que era um lugar, que era sede da campanha, era o comitê político do Fábio Feldmann, da campanha dele. Na época MDB ainda. “Mas agora o Fábio vai para Brasília, a casa vai ser devolvida. Puxa, mas esse lugar.” A gente fazia reuniões. Inclusive não era só para a campanha, a gente aproveitava o espaço lá para fazer várias reuniões. O Fábio foi o primeiro presidente da SOS Mata Atlântica. Inclusive quando ele se elegeu ele saiu, porque não podia chocar os papéis. A gente disse: “Ah, era o ponto de encontro, então vamos continuar com essa casa, já que o Fábio tá em Brasília.” Então o que acontece? Na mesma casa na Brigadeiro a gente tinha duas salas, que era a SOS Mata Atlântica. Nessa época eu acho que tinha dois funcionários. Tinha uma outra sala que a gente dividia com a Associação em Defesa da Juréia e a SBE, Sociedade Brasileira de Espeleologia; na parte de cima tinha o escritório do Fábio Feldmann quando ele ficava em São Paulo; e atrás tinha o auditório onde fazia reunião, e todo mundo estava lá. Então era um lugar, assim, que tinha alguma mobilização. Para a Estrada do Sol: “Vamos fazer a reunião, vamos fazer lá.” Então as pessoas circulavam. Nessa época eu estava trabalhando na Fundap, no governo do Estado de São Paulo, mas não trabalhava com meio ambiente. Eu trabalhava com consultoria na área de recursos humanos. Não tinha nada. Mas hora de almoço, à noite, fim-de-semana eu estava lá, assim como amigos. Tinha artista plástica, tinha médico, as pessoas se reuniam lá. E é interessante, porque como estava todo mundo articulado, a gente conseguia venda de material, tinha algumas coisas. A gente fazia um caixa comum, então a gente podia ter linha de telefone. Estava tudo lá. E essa forma do começo embrionário de organização é uma coisa interessante, porque a gente já não era mais um movimento esparso, tinha um ponto de organização e as coisas fluíam muito rapidamente.

Então, aquela questão do acidente da Petrobras, pode falar aqui? Agora eu não sei se foi 1987, 1988. Bem, todos os anos teve algum acidente. A gente estava lá na casa e alguém recebeu a notícia de que tinha tido um vazamento da Petrobras em São Sebastião. Inclusive, foi um colega nosso que trabalhava na Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo]. Porque também essas informações... A gente já estava em 1987, mas assim, acidentes, inclusive com estatais, Cosipa [Companhia Siderúrgica Paulista] na época, Petrobras. Ainda tinha, não digo censura, mas tinha uma dificuldade de ter informações à respeito muito grande. Então a gente recebeu informações de que tinha tido um vazamento, a gente ligou para lá. Ah, tinha o Movimento de Defesa da Vida de São Sebastião. Tinha a Priscila que trabalhava lá, que foi conselheira da SOS Mata Atlântica. Então a gente confirmou: “E aí. Tá? Não tá? Puxa, mas não saiu nada na imprensa!” “É, não saiu nada na imprensa!” “Então vamos falar, vamos divulgar.” Isso foi, assim, final da tarde. E aí a gente começou a ligar para um, ligar para outro: “Liga para o Randau, lá, Jornal da Tarde.” E começou a articular: “E amanhã a gente vai fazer uma manifestação na frente do escritório da Petrobras aqui em São Paulo, aqui na Rua dos Ingleses, perto da Paulista.” “Tá, tudo bem. Bem, o que a gente vai fazer?” “Vamos falar: ‘Não, abaixo a Petrobras, que absurdo!’” “Tá, eles vão lá, gravam dois minutos e... A gente precisa ser televisivo.” E o que a gente fez? E aí estava todo mundo, era a SOS, Pró-Juréia, Movimento das Baleias, Movimento de Defesa da Vida de São Sebastião, era todo mundo, não tinha exatamente essa separação. O Fábio estava lá também. A gente onze horas marcou lá em frente da Petrobras e a gente se dividiu. Um foi pegar areia num depósito de construção, eu fui responsável de comprar os peixes na feira do Pacaembu, um outro amigo foi pegar óleo queimado em posto de gasolina. E a gente chegou lá na frente da Petrobras, aquele prédio bonito, e a gente jogou saco de areia, jogamos os peixes lá, jogamos óleo queimado e aquela coisa, os peixes mortos e tal, o pessoal lá com faixa. Não que não tivessem morrido os peixes lá em São Sebastião, mas é que até chegarem os peixes ia demorar muito, a gente tinha que fazer rápido. Bem, o que acontece? Aí a gente começa lá: “Olha, que absurdo, mais um derramamento de petróleo! Petrobras, que absurdo!” E eu lembro até hoje do jornalista, era aquele Burnier, eu não lembro, Roberto Burnier, engraçado há certa parceria dos jornalistas. E aí no dia seguinte: “Estou aqui em frente à sede da Petrobras, onde se pode sentir o cheiro dos peixes podres que os ambientalistas trouxeram de São Sebastião!” Imagina, tudo fresquinho da feira. Mas o importante era a gente estar mostrando, colocando, pautando na agenda, porque é meio ambiente. Até hoje tem uma dificuldade muito grande de se colocar, e naquela época isso era absolutamente novidade. Então a gente tinha uma mobilização muito grande. Eu estou contando essa história porque é um pouco ilustrativa. E eu acho que teve um papel muito importante também a época da Constituinte. Em 1987 e 1988 a gente ia muito lá para Brasília, ia à sala de deputado a deputado. Quem era o Fábio Feldmann naquela época? (pausa) Então na verdade tinha comissão de meio ambiente, questão indígena e minorias, então foi formada a Frente Parlamentar Verde, com visitas dos deputados constituintes nos vários estados para ver os problemas ambientais. Então eles vieram aqui em 1987, 1988. A gente levou para Cubatão, levamos para o Lagamar, levamos lá para o litoral norte. Pode contar outra historinha? (pausa)

P/2 - Bom, você ia contar uma história, Sílvia.

R - Isso daí faz mais uma historinha folclórica do movimento ambientalista e também da SOS Mata Atlântica. Em 1987, 1988 tinha a Frente Parlamentar Verde. Era todo um movimento para junto com os deputados, na Câmara dos Deputados, para conseguir ter espaço a questão ambiental na Constituinte, para que fosse votado o capítulo de meio ambiente. E o Fábio era o relator da Comissão de Meio Ambiente, Minorias e Questão Indígena, que era a comissão da Constituinte que ia fazer esse capítulo. E ele também era o organizador central dessa frente. E o que acontecia? Eles se organizavam nos Estados, com as ONGs dos Estados, para estruturar viagens para receber os deputados — na verdade eram audiências públicas —, mostrar para os deputados os problemas das regiões para que eles saíssem só do ambiente de Brasília e fossem conhecer os problemas ambientais em São Paulo, no Pantanal, no Rio, no Nordeste. Eles fizeram um tour de audiências públicas e de problemas ambientais. E aqui em São Paulo foi a gente que organizou. Tinha um grupo lá, aquele grupo que estava naquela casa, e a SOS estava na organização, eu pela Pró-Juréia também. E o que aconteceu? Os deputados vieram numa sexta-feira, depois do almoço, e a gente desceu com eles para Cubatão, para mostrar. Uma coisa é ouvir falar de Cubatão, ver fotografia de Cubatão, outra coisa é estar lá. Então mostraram Cubatão, os problemas com a população. Aí subiram. No dia seguinte, eles estavam até no Hotel Ca'd'Oro, estavam acampados lá. Aí no dia seguinte, sete horas da manhã, a gente sai cedinho de ônibus com eles e fomos para o litoral sul. Fomos para Iguape, Cananéia, pegamos uma parte da região da Juréia. E fomos mostrar o Vale do Ribeira, com todos os problemas sociais e ambientais. Quer dizer, ainda é uma região muito preservada, mas com muita pobreza, todas as ameaças existentes. E dissemos assim: “Olha, nessa região queriam fazer quatro usinas nucleares.” “Mas como!” E os problemas com banana, tudo mais, especulação e outros problemas que existiam na região. Voltamos e no domingo a gente foi para o litoral norte. Então a gente desceu ali pela Mogi-Bertioga e fomos. Como que a gente foi? Tinha um ônibus alugado, tinha uns cinco ou seis parlamentares, e nesse ônibus iam os representantes, os ambientalistas. E a gente estava indo — era o ambiental tour, né? — e falando: “Olha, aqui nessa região tem esse problema, outro aqui.” Tinham alguns jornalistas também. E atrás do ônibus tinham uns três, quatro carros de reportagem, tinha a Globo, tinha a Folha, tinha o Estadão, tudo indo atrás. Então no domingo era o litoral norte e a gente foi pela Rio-Santos para mostrar: “Olha, os problemas da especulação imobiliária, os problemas do avanço. Aqui tinha toda uma comunidade, a comunidade é expulsa e vai morar nos bairros cota, nos morros. Os desmatamentos, as obras.” Tudo que estava acontecendo no litoral norte. E a gente ia almoçar e ter uma audiência pública na Casa da Fazenda de Picinguaba, Núcleo Picinguaba, no Parque Estadual da Serra do Mar, que fica lá em Ubatuba. E nessa audiência pública iam vir lideranças ambientalistas de todo o Estado porque, uma coisa, a gente estava itinerante. Naquele momento ia ter as lideranças, principalmente do Vale do Paraíba, do litoral norte, para fazer um relato para os deputados sobre os problemas e as questões que estavam acontecendo. Inclusive eu acho que o Alckmin estava lá, ele era deputado estadual lá por Pinda [Pindamonhangaba], né? Mas então tinham deputados estaduais, tinham vereadores, prefeitos, pessoal dos movimentos sociais da região para aproveitar. Imagina, os deputados federais da Comissão: “Vamos falar com eles.” E a gente estava lá, era um almoço-audiência pública, já era uma, duas horas da tarde e tal, a gente estava lá. E o que estava marcado era o seguinte. Depois desse almoço a gente ia sair de lá e no finalzinho da tarde, cinco horas, estava marcada a entrada na Usina de Angra. Tinha sido casado com o pessoal das ONGs, do movimento social do Rio de Janeiro, com o pessoal, o Gabeira, o Carlos Minc, todo o pessoal lá do Rio. A gente tinha acertado: “Vamos encontrar os ecologistas de São Paulo com os ecologistas do Rio.” E eu não sei como tinham conseguido uma autorização especial para que os deputados — porque estava com os deputados — para entrar na usina. E a gente ia aproveitar e entrar com eles. Então estava tudo armado. Bem, teve essa audiência pública, esse almoço, e a gente está saindo já atrasado, quatro horas da tarde, para pegar a estrada. Imagina, a gente estava em Ubatuba para chegar até Angra. E entra todo mundo no ônibus, os deputados, os ambientalistas, e os carros dos jornalistas atrás. “Vamos para Angra!” Eis que — e aí é o lado do folclore — enquanto a gente estava lá falando e conversando o motorista, eu não sei, teve algum problema lá, e a estradinha de terra, o que acontece? Ele entorna o ônibus na valeta. É, mas caiu exatamente a parte da frente do ônibus, onde tem aquela porta. Ônibus de turismo, só tem aquela porta



inicial. Gente, todos nós, inclusive os excelentíssimos senhores deputados, saindo por aquela janelinha de emergência do ônibus atrás. Todo mundo saindo e pulando, tal. Se ficasse por aí, tudo bem, mas aí: “Tenta tirar o ônibus!” “Não dá!” “Estamos atrasados.” “Não dá!” “E o compromisso lá, e a usina?” “O que acontece?” “Não, tem os carros da imprensa.” E tinha um, dois jornalistas, cinegrafista, mas tinha, sei lá, dois a três lugares em cada carro. Então, prioridade: “Vamos colocar os deputados, e o pessoal para ir lá, e depois a gente tira o ônibus.” E aí foram. Os deputados entraram nesses carros da imprensa e ainda sobraram, sei lá, uns três ou quatro lugares. E aí foi a briga entre os ambientalistas, porque saiu tapa: “Não, eu vou!” “Não, mas eu vou!” “Não, mas porque eu sou da Pró-Juréia!” “Não, porque eu sou da SOS!” E foi uma briga, olha. E, no final, a maioria dos ambientalistas de São Paulo sobrou lá, não pôde embarcar. Imagina, poder entrar na usina. A gente acabou ficando lá. Aí enchemos a cara. (riso)

P/2 - Depois disso, né. Não tinha muito o que fazer.

R - Mas foi triste. Eu lembro, eu que inclusive fiquei lá. A Adriana Matoso estava lá também, e a gente inconformado que não pôde ir para lá. E ainda teve que esperar carona — porque o ônibus ficou lá enclacrado — para voltar para Ubatuba, depois para voltar para São Paulo.

P/2 - Não foi fácil?

R - Não foi fácil. Mas ver os senhores deputados saindo pela janelinha do ônibus foi assim..

P/1 - Foi ótimo. Deixa eu só voltar um pouquinho, Silvia? Eu queria entender como que foi sua passagem da Pró-Juréia para a SOS, e qual a sua função quando você começou na SOS?

R - Quando a gente formou a Pró-Juréia, em 1986, eram entidades irmãs. Inclusive muitas pessoas que estavam num grupo, estavam no outro. O primeiro presidente foi o Capobianco, eu era vice-presidente. E o que acontece? O Capô, ele fazia parte do primeiro conselho da SOS Mata Atlântica. E ele fazia parte por quê? Por causa dos trabalhos pela Juréia. É uma coisa um pouco informal, era um ambientalista representando os movimentos na questão da Juréia. E aí nós trabalhávamos juntos, inclusive na mesma casa. Nosso primeiro funcionário foi o Belô, que trabalhou com a gente, um cara super articulado, que veio dos movimentos. E a gente acompanhava as discussões da SOS, as movimentações. Quando foi 1989 ou 1990, o Capobianco, que estava no conselho da SOS, teve um convite para ser superintendente, para ser contratado para trabalhar com a SOS. E aí ele deixou o conselho, não podia ficar no conselho e também ser o superintendente. E nessa época teve o convite para eu entrar no conselho. Não exatamente que a vaga era da Pró-Juréia, não era nada disso, mas como ele estava saindo, eu também trabalhava com as questões da Juréia, eu fui convidada para participar. Então aí sim, eu fiquei de 1990 até 2002 no conselho da Fundação SOS Mata Atlântica. Então eu antes acompanhava como parceira e aí passei a acompanhar o conselho administrativo. Depois, mais tarde, o Capobianco voltou para o conselho. É engraçado, é uma coisa interessante, porque tem algumas pessoas que são históricas, mas o conselho sempre teve uma movimentação muito grande. Então a minha participação na SOS sempre foi como parceira nas atividades ou como conselheira. E aí, acompanhando todas as equipes, os projetos até 2002 lá dentro, e acompanhando até hoje as manifestações, as campanhas, as festas. A Pró-Juréia começou em 1986, a Associação em Defesa da Juréia foi estruturada e quando chegou em 1991, 1992, a gente teve um processo de desmobilização muito grande. A gente tinha sócio, a gente tinha funcionário, a gente tinha equipamentos, mas a questão da Juréia... Nós conseguimos que a Estação Ecológica da Juréia fosse criada oficialmente pelo governo do Estado de São Paulo, teve o decreto de utilidade pública, o início das atividades. Nós tivemos muitas reuniões, algumas fáceis, outras muito pesadas, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. E, no final, apesar de continuarem vários problemas, o mote de criação da Associação em Defesa da Juréia foi se perdendo, foi se desmobilizando. As pessoas que estavam lá acabaram indo para outras áreas. Também teve começo uma atuação lá embaixo, com pessoas da região. Então o que acontece? A gente começou a ter um processo de desmobilização, o que acontece com grande parte das ONGs. Elas são autônomas. Mesmo profissionalizando, sempre tem um grau de trabalho voluntário. E os conselhos das ONGs são todos voluntários. Então quando você começa a ter um esgarçamento... É engraçado que a gente tinha uma sede, a gente tinha funcionário, equipamento, mas a missão mesmo estava um pouco diluída, e as pessoas Pró-Juréia trabalhando em outras lutas, outras questões. Então o que nós fizemos? Nós resolvemos fechar a Associação em Defesa da Juréia. Inclusive já o pessoal que não ia mais em reunião, tinha desmobilizado. E nós passamos o patrimônio da Pró-Juréia — nós tínhamos arquivos, mapas, tinha uma biblioteca pequena, muitos estudos — nós passamos para a Fundação SOS Mata Atlântica. E o nosso principal ativo foi o Belô, que era o nosso querido funcionário, colega, companheiro, que ele passou para a SOS. E foi uma coisa interessante, porque mesmo com todas as manifestações e agitos da SOS, das campanhas, a SOS tinha uma atuação com grandes campanhas, com articulação política. Então lá em Brasília, a Constituinte, o projeto de Mata Atlântica, o trabalho com os deputados, o trabalho com os projetos: “A gente precisa ter projetos, precisa de ter patrocínios, técnicos!” Mas tem um lado que a SOS não tinha trabalhado antes, que era trabalhar com voluntários. Quer dizer, nós éramos voluntários. Mas, assim, chegava um pessoal: “Ai, que legal, eu quero fazer alguma coisa com a SOS!” “É como?” A gente não sabia nem como articular. E, assim, tinha palestra em escola, tinha coisa em faculdade. A Pró-Juréia já trabalhava dessa forma, a SOS, não. Ela já começou de uma forma estruturada, organizada. E a ida do Belô para lá foi um salto institucional interessante. Tanto é que ele formou lá o grupo de voluntários, esse ano fez sete anos. Quer dizer, ele já trabalhava com isso antes. Então esse lado de mobilização é muito importante. Inclusive, uma das críticas que se faz à SOS, que é a “King ONG”... Já ouviram falar disso? “Ah, a SOS só fica com espaço, só SOS, só SOS.” Mas ela briga para ter isso, ela coloca sangue. E a gente está num mundo que, infelizmente, é um mundo de grandes corporações e a gente tem que ter espaço nas grandes ONGs. E esse trabalho com voluntário é um trabalho de formiguinha, e o Belô conseguiu trazer isso para a SOS. O que às vezes parece um pouco contraditório. Aquela ONG que tem grandes campanhas, que consegue mídia, consegue projetos enormes, e também tem sexta-feira à noite reunião dos voluntários. “Vamos fazer uma limpeza lá no Parque do Ibirapuera?” “Vamos!” Então isso acho que é um espaço legal e que a SOS permite. E não é aquele lado, assim, só de carteirinha: “Seja um voluntário, assine aqui, pague a sua contribuição!” Não, é: “Ah, você quer ser voluntário, então vem aqui, aparece, traz ideia, leva lá para a sua empresa, leva para a sua escola.” É uma coisa, assim, muito aberta. E uma coisa muito importante que a SOS desenvolveu, parece meio bobinho, mas, que é fazer festas. Porque as organizações são feitas de pessoas e as pessoas têm que se encontrar. É a hora que a gente se encontra, têm as reuniões, as mobilizações. Mas eu falei de coisas, causos engraçados, mas a gente teve também derrotas ou coisas que não foram pra frente. A luta pelo decreto pela Mata Atlântica e pela Lei da Mata Atlântica é uma coisa que se arrasta. Então passou na Câmara e não passou, mas então está enterrado lá no Senado. E são coisas que vão. Há dois anos a briga

aqui com o Secretário Estadual de Meio Ambiente. Pode falar mal? Roberto Tripoli, bandido, vendia licenças. Depois vão me processar. Mas então, assim, a SOS ia lá junto com outras ONGs na frente da secretaria, com palhaço: “Olha, tem que sair esse secretário!” As brigas aqui junto com o ISA, o Instituto Sócio-Ambiental, as brigas aqui pela Billings. Então essas mobilizações são uma coisa que não aparece muito, mas tem que ter festa também, até do pessoal ir lá tomar cerveja e chorar: “Que droga, não saiu!” Mas as pessoas têm que se reunir. Então esse lado eu acho que a SOS ainda guarda, e isso é importante. Sexta-feira teve a festa dos voluntários, eu não pude ir, fiquei super triste, que estava uma chuva, eu estava atrapalhada, final de ano, cansada. Mas ontem eu [me] encontrei com o Elci, com a Márcia, a Bia. E dizia: “Ah, como que foi?” Então eu acho que mesmo com pessoas novas, por exemplo, a Márcia não estava lá em 1986, 1987, mas foi uma pessoa que foi se incorporando, a Elci, mas são pessoas que a gente vai costurando. E eu acho que essa é energia que a gente segura, e que precisa manter.

P/2 - E, Silvia, na sua opinião, quais são os principais problemas enfrentados pelo meio ambiente, pela Mata Atlântica, atualmente? (pausa)

R - Eu acho que o que falta é capacidade institucional. A gente brigou muito tempo. E a gente que eu estou falando não é só SOS Mata Atlântica e as ONGs, mas também ambientalistas dentro do governo, gente da universidade. A gente levou muito tempo para colocar meio ambiente como algo importante, o que deve ser feito, ter um projeto. Do outro lado a gente brigou muito para que tivessem leis, que tivessem representantes nossos lá em Brasília, que a gente tivesse representantes aqui nas Assembléias, secretarias e órgãos de meio ambiente. Mas o que falta ainda é capacidade para que essas leis sejam operadas, capacidade para que os órgãos ambientalistas sejam efetivos, fazer valer a lei. A gente tem, claro, uma conscientização muito grande, todo mundo hoje é a favor de meio ambiente. É favor de meio ambiente, mas meio ambiente ainda é caro, dá dor de cabeça, é considerado como... Eu acho que o grande problema, e aí é um grande desafio que a gente tem, não é só dizer que meio ambiente é importante, mas casar meio ambiente com as causas sociais. Meio ambiente é tratado como uma coisa a parte, e tanto pelo discurso de direita quanto de esquerda. Então se tinha aquele discurso antes: “Não, vamos fazer indústria, vamos desenvolver, vamos fazer estrada, depois a gente coloca um filtro, depois a gente descontamina, depois a gente faz um processo para recuperar!” Também tem um outro discurso: “Não, vamos ver a questão da educação, a questão de saúde, depois a gente vê meio ambiente!” Eu acho que tanto de um lado quanto do outro. E, assim, como incluir junto aos prefeitos, governadores, junto aos partidos, juntos aos movimentos, que meio ambiente está ligado com as questões sociais também. Problema da água aqui em São Paulo, a gente agora está com a briga em relação ao Rodoanel: “Ah, Rodoanel vai ser ótimo, vai tirar o problema da poluição daqui de São Paulo, vai desviar os caminhões e carros.” Sim, mas está entrando exatamente numa área de mananciais que suprem a água para a Cidade de São Paulo e [vai] impactar ainda mais uma região que está em alguns lugares muito comprometida. Normalmente na questão da água quem tem menor acesso aos recursos ambientais também são as pessoas menos favorecidas. Quem sofre? Em questão ambiental se fala que todos sofrem, pobres e ricos. Não, os pobres sofrem mais. Quem tem água na periferia, acesso a transporte, problemas de saúde? Meio ambiente é mais um problema. Então o problema de ocupação de mananciais, ocupação de área de risco. Tem uma briga: “Ah, os ecologistas estão contra os projetos de habitação, não querem permitir que a população tenha acesso.” Espera aí, não é um lugar saudável, não é um lugar seguro. Por que tem que ser lá? Por que tem que ser na região de mananciais? Por que tem que ser na área de encosta? Por que tem que ser em parque? Então eu acho que casar a questão social com a questão ambiental ainda é um desafio. Eu acho que a gente ainda tem um discurso não sei se um pouco técnico, um pouco elitista. O pessoal da área social também vê área de meio ambiente como uma frescura que vem depois. Muitas vezes eles têm essa consciência toda: “Não, vamos montar um projeto de ecoeficiência, ou então fazer uso racional da água, do lixo, da energia! Resolve.” Não, não resolve. A gente tem problemas de distribuição de renda que estão ligados com a distribuição de qualidade de vida também. Quem tem menor renda também tem menos água, menos saúde, menos verde, mais risco, está tudo misturado. E eu acho que explicitar isso é um desafio. Às vezes os ambientalistas estão contra uma obra: “Ah, mas isso vai trazer progresso!” Para quem, né? E, assim, a que custo? A gente já superou aquela fase: “Ah, você é contra o progresso!” Nada disso, isso daí faz um pouco parte da fantasia. Mas eu acho que a gente tem que costurar junto. E esse é um problema que a gente enfrenta hoje. Naquela época a gente estava tudo muito novo, tudo muito ligado, e as coisas agora estão um pouco mais dispersas. Então fazer valer as leis, os instrumentos, leis de crimes ambientais. A gente tem como colocar o judiciário e legislativo, colocar que a questão ambiental é importante também. Teve, há uns dois anos, uma questão aqui na Billings bem interessante, um caso de um desmatamento com quatro empreendedores. Eles foram pegos em flagrante e aí teve o processo na Justiça e o juiz é muito interessante, o Rui Cavalheiro, ele é adepto de penas alternativas. Então tem lá os quatro empreendedores que são culpados, réus, vão pagar uma multa: “Não, não pode ficar só nisso.” O que ele fez? “Precisa ter recuperação, e não pode com pinus não, tem que ser com espécies de Mata Atlântica, e com assessoria de uma ONG que entenda do assunto.” E o que acontece? Ao invés de pagar uma multa que ia para os cofres públicos, podia ficar lá na burocracia, se perder. Cada um teve que pagar dez mil reais para essa ONG, para reverter num projeto ambiental. Qual foi a ONG escolhida? A Fundação SOS Mata Atlântica. E com esses quarenta mil reais foi reeditado o Guia de Denúncias Ambientais, um livro verdinho, não sei se vocês viram. E no prefácio tem exatamente essa historinha. O que é interessante dessa história? É que, infelizmente, é uma experiência ainda muito pequena. É você ter um juiz que consiga ver de uma forma integral que não adianta só também você punir. Quer dizer, aliás, quando consegue punir já é um grande avanço. Mas que você tem que voltar para projetos, para projetos de recuperação. Então, inclusive, os empreendedores criminosos foram lá, fizeram a recuperação com espécies nativas e saiu esse projeto também deste guia, que é distribuído gratuitamente. Agora, apesar das leis, a gente tem uma estrutura de secretarias de Estado, de CETESB [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo], Secretaria de Meio Ambiente, ainda são muito lentas. O poder de polícia, de fiscalização, é muito lento, você tem vários interesses. Então não vale só a conscientização, a gente tem que mudar essa estrutura, e mudar junto com essa questão social, que é uma luta a parte.

P/1 - Deixa eu te perguntar uma coisa. Você acha que o movimento ambientalista está esvaziado?

R - O movimento ambientalista mudou. Eu acho que aquele movimento dos anos 1980, que é um pouco como o movimento social... O movimento social está esvaziado? Eu acho que daquela forma como tinha nos anos 1980, que estava ligado também a uma necessidade de expressão, falta de canais, e que muita gente como eu... A gente jogou na questão ambiental essa energia toda, aquilo não tem mais. Você tem entidades profissionalizadas, você tem muitas ONGs internacionais: WWF, Greenpeace, Conservation International, muito sérias, trabalhando aqui. Inclusive às vezes concorrendo com recursos: “Fique sócio do Greenpeace!” “Não, fique sócio da SOS Mata Atlântica!” Mas todas assim, profissionais, com técnicos ou então institutos já de pesquisa, de trabalhos que não tem na linha do voluntário. Até o perfil da SOS é um perfil raro, porque ou você tem entidades como o Greenpeace, só de mobilização, ou outras como Conservation International, só com projetos. Juntar

as duas coisas, a SOS é uma das raras. Mas, assim, mesmo em termos de SOS, aquele papel de mobilização, de política, não tem mais aquela forma romântica. Agora quando tem alguma questão importante, por exemplo, a questão do Rodoanel, que tem as audiências públicas, volta a mobilização, aí você junta. O pessoal do ISA ligando: “Vamos lá para a audiência pública!” Tem a Marussia, que trabalha. O Capobianco também trabalhou no ISA, importante. A mobilização pela Lei da Mata Atlântica. Mas eu acho que a gente está numa outra fase, as coisas estão mais estruturadas, estão mais profissionalizadas. E aquela coisa de movimento de rua como a gente tinha, isso realmente está mais fragmentado.

P/1 - Eu queria te perguntar uma coisa assim: você pode fazer um balanço desses dezoito anos de SOS Mata Atlântica?

R - Balanço? Primeiro que a gente não tinha ideia do que a gente estava começando. Apesar de eu não ser sócia fundadora, mas eu ser do grupo do conselho, acho que tinha uma vontade de se organizar e de se estruturar. A SOS nasceu assim: “O movimento precisa dezoito anos pela frente. A gente estava era é com o problema do Lagamar, a gente precisava ter gente, a gente precisava ter recurso, a gente precisava colocar a questão ambiental na Constituinte e de uma forma organizada, profissional. Eu acho que no começo foi um começo muito heróico. E o conselho todo era um conselho também muito politizado, com muita briga, todos os conselheiros. Então era uma carta para o Montoro, era carta para o presidente, era uma denúncia, tinha um envolvimento muito grande. Agora, como todas as organizações, ela foi crescendo tanto em termos de estrutura, de gente. O conselho também foi mudando. E hoje as coisas estão acho que mais estáveis mais organizadas. E eu acho que em dezoito anos a SOS conseguiu coisas que a gente não imaginava. O número de sócios. Aliás, quando ela começou, ela nem pensava de ter sócio. Agora está quanto?

P/2 - Cem mil.

R - Cem mil sócios é uma coisa, assim, absurda. Fazer campanha, campanha na mídia, ter projetos. Sabe quando a criança é maior do que... E eu acho que, assim, dezoito anos é aquela fase da maturidade. A gente estava até perguntando: “E agora, o que vai ser quando crescer?” Tem a SOS da mobilização, daquele que vem dos movimentos sociais, das brigas pelas políticas públicas. E tem a SOS também de ter projetos, ter campanhas, ter captação, ter trabalho com empresa, ter publicações, projetos bem feitos. Às vezes parece meio contraditório dizer assim: “Puxa, a SOS parece uma empresa. Ah, a SOS parece um movimento.” Eu acho que o fato, assim, da SOS nesses dezoito anos estar em todas as campanhas e todas as brigas, na Constituinte, na ECO-92, a gente tem toda a preocupação de estar acompanhando Brasília. Agora também em Johannesburgo, a gente tinha representante lá. Eu acho que o desafio da SOS está em continuar e ser mais profissional ainda, conseguir colocar junto às empresas, junto aos meios de comunicação, junto à população os seus projetos de meio ambiente, as suas informações. Mas, assim, não perder esse lado de mobilização. E apesar de a gente estar, não é um movimento social, eu acho que a gente está num momento político de grande desmobilização. Partido... Quem que agita partido? Militância. Eu também, imagina, não apareço em partido há muito tempo. Movimentos de bairros, movimentos sociais, como que você mantém isso com algum grau de força que, quando você precisar de ter que a população, que os setores precisem se posicionar, que a gente possa juntar esses esforços? Então eu acho que ela atravessou esses anos, conseguiu mudar o padrão de atuação, e ela inclusive foi inovadora nisso e junto com a mobilização. Mas o desafio está aí, continuar. Porque entidades que ficaram só na mobilização, como inclusive a Pró-Juréia, morreram. Entidades que ficaram só nos projetos viraram empresas. E a SOS consegue fazer as duas coisas com um compromisso. Tanto do pessoal técnico, dos voluntários e dos conselhos, é muito grande. Então manter essa costura eu acho que é importante. Então, falando desse balanço, acho é o que a gente vai fazer nos próximos dezoito é isso.

P/1 - Nós estamos terminando. Queria que você nos falasse, o que a Fundação SOS Mata Atlântica representa na sua vida, qual a importância que ela tem (pausa)

R - Eu acho que eu até estava falando de mobilização e profissionalização. Eu acho que atuar com a SOS, com os movimentos, me ajudou muito, inclusive para dar uma guinada, estruturar toda essa experiência que a gente tem em mobilização para um lado profissional. Eu que comecei como administradora, trabalhando em consultoria, em projetos organizacionais por conta dessa militância, por conta de desenvolver projetos, de estudar, ir atrás, eu acabei indo trabalhar com meio ambiente, fui trabalhar na área de recursos hídricos, projetos para o terceiro setor. Não com a SOS, porque a SOS era o meu lado militância. Então estar em contato com as pessoas mais diversas, biólogos, geólogos, arquitetos, historiadores, jornalistas, toda essa biodiversidade do movimento. E essa biodiversidade sempre teve na SOS. E, assim, a preocupação da SOS de não fazer só denúncia, de ter projetos. E toda essa atuação que eu tinha à noite, fim-de-semana, hora de almoço, eu comecei a estar trabalhando com isso também no meu horário de trabalho. Tanto é que eu fui depois para a área de consultoria, trabalhar com projetos na área de gestão e planejamento ambiental. E isso eu devo a essa experiência com esses colegas e com a SOS. A mobilização, a conscientização e a denúncia são fundamentais, elas precisam manter, mas você precisa ter uma atuação profissional também. De certa forma eu era muito nova naquela época, 20 e poucos anos, mas foi algo que me moldou profissionalmente também. Tanto é que hoje eu dou aula de gestão ambiental, trabalho com isso, e foi algo que eu aprendi junto com eles.

P/1 - Você quer deixar uma mensagem, um recado para os dezoito anos da SOS Mata Atlântica? (pausa)

R - Por que eu não pensei isso antes? (RISOS) Eu acho que parabéns, né, para as pessoas que começaram lá. Parabéns para as pessoas que estavam lá há dezoito anos. Muita gente saiu, alguns morreram, outros saíram. Teve muita gente que entrou nesses dezoito anos. Mas o que é muito importante é continuar vendo em contato ou se lembrando dessas pessoas. Porque uma ONG são pessoas e projetos, pessoas que deixam marcas. E eu gostaria muito que daqui a dezoito anos, aos 36 anos da SOS, pudesse ainda estar aqui, revendo histórias, projetos, contatos. E mesmo que mude, uma organização é como uma pessoa, ela agora vai tirar a maioridade, não sei se vai tirar carteira de motorista, sair por aí, eu acho que ela já provou a sua maturidade. Mas o desafio está em continuar a mobilização e projetos. Não sei, eu estou meio, eu falei tanto que já estou assim. Eu sou melhor nas historinhas, viu? Contar causo.

P/1 - Você acha que queria falar alguma coisa que nós não perguntamos e que você acha que é importante ou não?

R - Ai, não sei, falei tanta coisa.

P/2 - É difícil lembrar depois de ter falado tanto.

R - É. Eu tenho certeza que eu contei mais historinhas da periferia do que... Ah, não sei, deixa. Talvez é medo de falar bobagem. (risos) É que quando é assim: "Vai, agora fala uma coisa séria." Aí, já.

P/1 - Não, não precisava ser sério, imagina. Silvia, então o que a gente podia dizer é que a gente agradece por você ter vindo.

P/2 - Muito obrigado.

R - Ah, tá bem.

P/1 - [Por] ter ficado com a gente essa manhã.

R - Para mim foi quase uma terapia. (risos) Sabe que eu achei que ia ser mais rapidinho? E o pior é que eu não posso nem culpar vocês porque eu comecei a falar. Ainda está gravando?

P/2 - A gente já está finalizando.

R - Ah, não. A gente começa a falar, eu sou meio perigosa nisso.

P/1 - Porque a gente não vê o tempo, né, porque é tão gostoso.

P/2 - E uma coisa puxa a outra e você começa a lembrar de coisas que você não se lembrava e que puxam outras. Acho que isso é que aquilo que eu tinha te falado no começo.